



SEMINÁRIO “ALTO MINHO: DESAFIO 2020”

12 Janeiro 2012, Auditório do Forte de Santiago da Barra, Viana do Castelo

Intervenção de Encerramento

Secretário de Estado Adjunto da Economia e
Desenvolvimento Regional
António Almeida Henriques

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo,
Senhor Presidente da CIM do Alto Minho,
Senhor Presidente do Conselho Regional do Norte e Senhores
Presidentes de Câmara Municipal,
Senhor Presidente da CCDR do Norte,
Senhores autarcas,
Senhores empresários,
Demais autoridades,
Caros amigos Augusto Mateus e Arlindo Cunha,
Ex.mas Senhoras, Ex.mos Senhores,

Tenho tido a felicidade de conciliar, no exercício das minhas funções de membro do Governo, o sentido institucional da obrigação e do dever público com experiências de satisfação e agrado pessoal.



Esta oportunidade que a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho me proporciona é um desses casos, em que a incumbência das responsabilidades é acompanhada pelo prazer de testemunhar e participar de iniciativas que reputo de significativos. Seja pela atitude construtiva que os anima, seja pelo conteúdo promissor que apresentam.

Olhar e pensar o futuro é o desafio que foi hoje lançado nesta iniciativa. Não um futuro longínquo, abstrato e sem objecto, mas um futuro concreto: o horizonte de uma década, no Alto Minho. E o seu desenvolvimento numa escala regional. Quando é assim, pensar é já construir. Como diria Francis Bacon, «o conhecimento é imprescindível à ação».

Saúdo, por isso, vivamente a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e os presidentes dos Municípios que a compõem: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. O vosso diálogo é um exemplo para outros atores intermunicipais. A vossa capacidade de iniciativa e realização é um estímulo para o Governo.

Esta é, de resto, uma iniciativa precursora no país, na dimensão intermunicipal. E se outros méritos não tiver, este já não lhe será



regateado: o de abrir um território de debate sobre a participação das Comunidades Intermunicipais na futura arquitetura das políticas públicas de desenvolvimento regional e dos seus instrumentos, ao abrigo da política de coesão comunitária pós-2013.

Os municípios portugueses e as suas associações são, regra geral, conhecidos pela sua boa capacidade executora. A sua grande proximidade às populações e aos seus problemas e a autonomia do poder municipal favoreceram esse seu papel e dinâmica positiva na vida do país. Importa agora que, para além de bons executores, municípios e comunidades intermunicipais sejam também “bons planeadores”. A situação do país exige-o hoje ainda mais. Não basta ter músculo, é preciso músculo inteligente.

A CIM do Alto Minho deu hoje um passo importante nesse sentido. O seu estatuto de Comunidade Intermunicipal com melhor execução do QREN, no contexto nacional, confere-lhe autoridade acrescida. A 30 de Novembro, esta CIM apresentava já a notável taxa de 91 por cento na execução da subvenção contratualizada no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte.

A responsabilidade assumida e a experiência acumulada habilitam-na a pensar o desenvolvimento do seu território com outra



legitimidade e, sobretudo, conhecimento de causa. Temos franca expectativa nos seus resultados.

Este exercício de planeamento intermunicipal é hoje tão mais oportuno quanto se encontra também em curso a importante reforma da administração local autárquica. Esta política deverá valorizar mais a dimensão da gestão e cooperação intermunicipais.

De resto, não é de mais lembrar que nesse âmbito a CIM do Alto Minho foi selecionada como um dos dois casos do estudo-piloto dedicado aos modelos de competências, financiamento, governação e transferências de recursos para as comunidades intermunicipais.

Estou em condições de vos assegurar ainda que capacitação da dimensão intermunicipal constituirá uma peça fundamental na reprogramação estratégica do QREN, que se encontra em curso. Mas também, e muito especialmente, na política de criação de valor económico com os territórios, que estamos a preparar no seio do Governo, para apresentação a breve trecho.

Nesse exercício de reprogramação não deixaremos ainda de distinguir as políticas de regeneração urbana e da economia social como aspectos centrais do desenvolvimento regional e local.



Também com o objectivo de valorizar as economias regionais e as estratégias intermunicipais de desenvolvimento, o Governo determinou recentemente a abertura de um concurso para atribuição incentivos às empresas com projetos nas chamadas estratégias “Provere”. O acesso a esse apoio está, pois, já desbloqueado. Só para o Norte estão garantidos e em fase de concurso, através do Programa Operacional Regional, 15 milhões de Euros de incentivos, para além de outro tanto disponibilizado no Programa “Compete” para as várias regiões de Convergência. Outros passos não deixarão de ser dados mais oportunamente.

Ex.mas Senhoras, Ex.mos Senhores,

Seguramente que o convite que me dirigiram para hoje estar aqui, neste local revestido de história e grande simbolismo, não se resume a um mero cumprimento protocolar, nem se esgotará na expectativa de um elogio governamental. Seria muito pouco.

Organizadores e participantes esperam, certamente, que partilhe do conhecimento e da visão do Governo sobre a preparação portuguesa do futuro ciclo de políticas de desenvolvimento e instrumentos financeiros, no contexto da Política de Coesão europeia 2014/2020.



Quero corresponder a essa expectativa. Faço-o escolhendo três ideias fundamentais para uma reflexão conjunta.

A primeira é a de que o Governo Português assume convictamente a defesa do primado do desenvolvimento regional, do crescimento económico e da coesão territorial, na sua posição negocial e estratégica. Portugal apoia a proposta da Comissão Europeia no sentido de defender a Política de Coesão, como uma componente vital do Orçamento Comunitário, e fá-lo por convicção. Convicção de que um relançamento económico sustentável não pode estar divorciado de uma política de desenvolvimento territorial e de redução das disparidades de riqueza entre as regiões.

Haverá, pois, espaço para uma concertação com as regiões e com os atores intermunicipais na definição do Contrato de Parceria que o Estado Português celebrará com a Comissão Europeia. E num duplo sentido! Por um lado, na integração de estratégias de desenvolvimento territorial. Por outro, na co-responsabilização dos atores no que respeita às políticas, às metas e aos compromissos que vierem a ser assumidos.

A segunda ideia é de base doutrinal e traz para primeiro plano a dimensão económica e produtiva do desenvolvimento regional.



Durante muito tempo colocou-se em oposição os objectivos da “Coesão” e os da “Competitividade”. Como se se tratassem de dois polos antagónicos e inconciliáveis das políticas públicas. Este é o tempo de superarmos essa dicotomia, falsa, atávica e inibidora.

É verdade que a coesão, territorial ou social, constitui uma condição indispensável a uma economia dinâmica e sustentável, não o é menos que a competitividade é a única via para alcançarmos essa coesão, de forma duradoura.

Dito de outra forma: se não induzirmos atividade produtiva, de base empresarial, que crie riqueza e emprego nas regiões menos dinâmicas, não chegaremos a consolidar ou incrementar a desejada convergência nesses territórios.

O que vale para o país, vale também para as suas regiões: o relançamento da economia e o crescimento do emprego são a única chave sustentável para a coesão. As opções de investimento público, num contexto de forte racionalização, devem orientar-se e concentrar-se prioritariamente nesses objectivos.

Há dez anos atrás, em 2001, Portugal ocupava praticamente a mesma posição que hoje ocupa no índice do PIB *per capita* médio da União Europeia a 27 Estados-Membro: sensivelmente, 80%. A região



Norte recuou nessa meta, passando de 65,2 para 64%. Já o Minho-Lima convergiu - de 51,3 para 54,9 -, mas sem sair da situação de divergência estrutural em que se encontra.

Da oposição “Coesão Versus Competitividade” passemos à filosofia “Competitividade para a Coesão”. É também esse o repto lançado pela estratégia “Europa 2020”, ao eleger os objectivos de um “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, visando uma economia inovadora, verde e social.

As dimensões regionais terão, forçosamente, aqui grande relevo.

Por essa razão, desafio as demais Comunidades Intermunicipais da Região Norte e do país a lançarem e desenvolverem iniciativas, semelhantes à da CIM do Alto Minho. Iniciativas de reflexão, debate público e planeamento sobre o futuro dos seus territórios e economias. Não serão exercícios precoces nem presumidos. Terão no Governo um interlocutor disponível e interessado.

A proposta do Comité das Regiões, apoiada pelo Parlamento Europeu e Comissão Europeia, de poderem ser adoptados, numa base voluntária, “Pactos Territoriais” com vista ao cumprimento dos objectivos da “Europa 2020”, abre também uma janela de oportunidade que merece ser estudada.



A terceira ideia serve-me para outro repto. O de desafiar as CIM a desenvolver estas iniciativas num espírito de diálogo aberto e de cooperação com outros espaços intermunicipais e integradas ao nível das regiões que lhes correspondem, representadas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

As políticas locais devem caminhar, necessariamente, no sentido da sua integração e optimização em escalas territoriais mais alargadas. As dinâmicas económicas, sociais e culturais são hoje mais complexas e difusas. Reclamam âmbitos de reflexão e intervenção com maior massa crítica.

Ciência e tecnologia, inovação produtiva, internacionalização e *clusterização* económicas, criatividade e formação de recursos humanos são hoje realidades sem fronteiras. Realidades que obrigam não apenas a uma visão multidisciplinar do desenvolvimento regional, como também a um trabalho em rede alargado e dinâmico.

A cooperação pode não ser um fim em si mesmo, mas não é algo de que possamos hoje abrir mão.

Finalmente, concentremo-nos nas perguntas certas, conferindo o primado aos fins sobre os meios.



Onde queremos estar em 2020? O que queremos ser? Que valores e vantagens competitivas nos distinguem? Como sustentar economias regionais dinâmicas e inovadoras? Que caminhos trilhar para a sustentabilidade dos investimentos? Que ideias mobilizadoras temos para as novas gerações?

O Governo e eu próprio não nos furtaremos ao trabalho. A minha presença aqui é um sinal desse compromisso. Mas também não nos substituiremos a ninguém.

Faço votos de muito bom trabalho!

Muito obrigado.

António Almeida Henriques